

1 ATA DA 386ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPCP,
2 REALIZADA NOS DIAS 30 E 31 DE JULHO DE 2012 .

3 Aos dias trinta e trinta e um do mês de julho de dois mil e doze, os membros do
4 Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária reuniram-se na sala trezentos e
5 quatro do Edifício Sede do Ministério da Justiça, na cidade de Brasília/DF.
6 Compareceram: O presidente, Herbert José Almeida Carneiro; o Vice-Presidente, Vitore
7 André Zílio Maximiano; e os seguintes membros: Alvino Augusto de Sá; Augusto
8 Eduardo de Souza Rossini; José Laurindo de Souza Netto; Luiz Guilherme Mendes de
9 Paiva; Marden Marques Soares Filho; Maria Ivonete Barbosa Tamboril; Pedro Sérgio
10 dos Santos; Rodrigo Duque Estrada Roig Soares. Justificaram ausência os seguintes
11 membros: Alamiro Velludo Salvador Netto; Davi de Paiva Costa Tangerino; Milton
12 Jordão de Freitas Pinheiro Gomes; Suzann Flávia Cordeiro de Lima. Estiveram também
13 presentes os seguintes participantes externos: Valdirene Daufemback-
14 OSPEN/DEPEN/MJ; Narjara Alencar-SAL/MJ; Patrick Mariano Gomes-SAL/MJ; Luiz
15 Antônio Silva Bressane-SAL/MJ; Tedney Moreira da Silva-SAL/MJ; Mara Fregapani
16 Barreto-CGRSE/DIRPP/DEPEN/MJ; Victor Pimenta-SE/MJ; Luiz Fabrício Vieira Neto-
17 DEPEN/MJ. O Presidente do CNPCP iniciou a reunião com abertura dos trabalhos e
18 com comunicações e proposições, ressaltando, sobretudo, a participação do Conselho
19 Nacional dos Secretários de Estado da Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e
20 Administração Penitenciária - CONSEJ nas discussões acerca do Decreto de Indulto do
21 ano corrente. Elencou ainda que pretende encaminhar, até o final do mês de setembro,
22 a proposta do referido Decreto para o Ministro da Justiça. Após, aprovou a Ata da 385ª
23 Reunião Ordinária do CNPCP. Em seguida, o Vice-Presidente do CNPCP relatou sobre
24 a existência de presos que ainda não foram beneficiados pelo Decreto de Indulto do ano
25 de dois mil e onze, demonstrando demora nos trâmites processuais. Ainda em sua fala,
26 relatou que houve um retrocesso no Estado de São Paulo nas discussões acerca do
27 direito de voto do preso provisório, recomendando até possível manifestação do CNPCP
28 para discussão de âmbito nacional sobre o tema. O Conselheiro Augusto Rossini frisou
29 sobre a importância das discussões acerca da concessão de Indulto, a partir do Decreto
30 Natalino, para os condenados por crimes contra o patrimônio, cometidos sem violência
31 ou grave ameaça. O Conselheiro José Laurindo inicialmente se despediu, tendo em
32 vista que esta seria sua última reunião como membro do colegiado. Recomendou um
33 estudo maior sobre a proposta de Indulto, principalmente para os jovens que ingressam
34 na maioria penal, tornando-se imputáveis. O Conselheiro Alvino de Sá justificou sua
35 ausência na última reunião. O Conselheiro Rodrigo Roig comunicou que, autorizado

36 pela presidência do CNPCP, apresentou junto à Secretaria de Assuntos Legislativos do
37 Ministério da Justiça – SAL/MJ parecer de sua autoria sobre Projeto de Lei do ano de
38 2010, que trata de Emissão de Certidão de Antecedentes Criminais e Atestados de
39 Penas a Cumprir, tramitando em caráter de urgência na Câmara dos Deputados. A
40 Conselheira Maria Ivonete relatou sobre a Inspeção Prisional realizada no Estado de
41 Alagoas em conjunto com o Conselheiro Marden Marques, nos dias dezenove e vinte de
42 julho, e juntamente com representantes da Ouvidoria do Sistema Penitenciário do
43 DEPEN e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. A
44 Conselheira informou também sobre sua participação no projeto de Classificação de
45 Preso, desenvolvido em Rondônia, e propôs incluir na próxima pauta convite para um
46 representante do Ministério da Justiça para aprofundamento no assunto. Ressaltou
47 ainda que a imprensa explora o assunto como projeto-piloto. Propôs também incluir para
48 a próxima reunião discussões acerca dos encaminhamentos do CNPCP sobre as
49 Inspeções, tendo em vista que no Estado de Alagoas o juiz da execução penal da
50 cidade de Maceió apresentava dificuldades em realocar presos recentes. O Conselheiro
51 Luiz Guilherme saudou a todos, desejando boa reunião. O Conselheiro Augusto Rossini
52 relatou sobre a situação de cinquenta e sete projetos que estão no DEPEN aguardando
53 recursos da Caixa Econômica Federal. Na ocasião ainda, relatou sobre a situação do
54 sistema penitenciário da cidade de Arapiraca, no Estado de Alagoas, na qual o DEPEN
55 aguarda projeto para a possível execução. A Conselheira Maria Ivonete relatou
56 brevemente sobre os projetos que as autoridades do Estado de Alagoas apresentaram
57 para os conselheiros na ocasião da Inspeção Prisional. O Conselheiro Rossini ressaltou,
58 no entanto, que há Estados que não encaminham projetos para o DEPEN. Em seguida
59 o presidente introduziu os assuntos de Pauta, iniciando o debate acerca do Projeto de
60 Lei nº 2.230/2011, de autoria do Deputado Domingos Dutra, que trata do Estatuto
61 Penitenciário Nacional. O presidente relatou ainda sobre a sua participação na Câmara
62 dos Deputados para tratar do assunto. Informou também sobre possíveis alterações que
63 o referido Projeto de Lei poderá trazer à Lei de Execução Penal e às Resoluções do
64 CNPCP. O presidente elencou, sobretudo, os aspectos controversos e equívocos que o
65 Projeto de Lei esboça em confronto com as proposições e Resoluções do CNPCP e
66 com a própria Lei de Execução Penal. O vice-presidente Vitore relatou que, no dia vinte
67 de setembro de dois mil e onze, fora instituída comissão especial na Câmara dos
68 Deputados e que o último trâmite dessa comissão é uma desapensação do Projeto de
69 Lei 3.123/2011, que trata da privatização do sistema prisional. A Conselheira Maria
70 Ivonete propôs um convite ao Deputado Domingos Dutra para a próxima Reunião do

71 CNPCP para melhor exposição do Projeto de Lei. Em complemento, o vice-presidente
72 propôs que o CNPCP visitasse o referido Deputado, apresentando as propostas do
73 colegiado sobre o Projeto de Lei em questão. O Conselheiro Alvino de Sá alertou o
74 desvirtuamento que o Estado faz referente às leis, e citou como exemplo o Estado de
75 São Paulo que, segundo o próprio Conselheiro, constroem estabelecimentos prisionais
76 diversos nos moldes do Regime Disciplinar Diferenciado – RDD. O Conselheiro Augusto
77 Rossini expôs sobre a representação participativa do CNPCP como fruto de um Estado
78 Democrático. O Conselheiro defendeu a agilidade do CNPCP na política criminal e
79 penitenciária do país e, portanto, recomenda que o colegiado tenha maior proximidade
80 com o Congresso Nacional. Ressaltou também a aproximação com a SAL/MJ, com o
81 intuito de fortalecimento das próprias Resoluções do CNPCP. Propôs ainda que sejam
82 encaminhados para o Deputado Domingos Dutra as Resoluções e os trabalhos já
83 desenvolvidos pelo CNPCP, juntamente com assessoramento da SAL/MJ. Ressaltou
84 ainda a importância do momento em que o país vive, com a constituição da Comissão
85 da Verdade, no qual insere o cárcere num período de exceção política do país. Como
86 proposição final, foi aprovada pelo CNPCP a interlocução junto ao Deputado Domingos
87 Dutra e a manifestação da SAL/MJ para melhor desenvolvimento do tema. Paralelo a
88 isso, o CNPCP elaborará documento confrontando suas respectivas Resoluções aos
89 itens do Projeto de Lei que versam sobre o mesmo assunto. O vice-presidente propôs o
90 convite para o Deputado para tratar também de outros Projetos de Lei, principalmente o
91 que trata de alteração da composição do CNPCP. O presidente Herbert se encarregou
92 de convidar representantes da SAL/MJ para discutir, em reunião do CNPCP, o assunto
93 sobre o Projeto de Lei que trata do Estatuto Penitenciário Nacional, em conjunto com o
94 Deputado Domingos Dutra. Como complemento, o Conselheiro Augusto Rossini propôs
95 que seja analisado, em conjunto com o referido Projeto de Lei, também o relatório
96 conclusivo da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário. No período
97 vespertino, o presidente prosseguiu os trabalhos do dia solicitando ao Conselheiro
98 Rodrigo Roig a exposição do parecer acerca do Projeto de Lei nº 7.977/2010 da Câmara
99 dos Deputados, que trata da emissão da Certidão de Antecedentes Criminais e
100 Atestados de Pena a Cumprir. O referido parecer fora encaminhado para a SAL/MJ por
101 meio da Secretaria Executiva do CNPCP. Após, em continuidade aos itens de pauta, o
102 presidente convidou o Conselheiro Marden Marques e os representantes da SAL/MJ, Sr.
103 Patrick Mariano Gomes e Sra. Narjara Alencar, para iniciarem as discussões acerca do
104 Anteprojeto de Lei de acesso à informação da pessoa presa e para expor o parecer
105 acerca do referido Anteprojeto de Lei, que altera o inciso XVI do art. 41 da Lei nº 7.210,

106 de 1984. O Conselheiro Rodrigo propôs acrescentar que o representante do preso
107 possa requerer as informações do próprio preso. O Conselheiro Augusto Rossini propôs
108 utilizar o Decreto 7.724, de 2012, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação, para
109 ser corolário do Anteprojeto de Lei. O Conselheiro propôs ainda que sejam incluídos
110 incisos que possam ser aplicados aos presos provisórios, pois conforme se encontra o
111 Anteprojeto de Lei os itens se aplicam somente a presos condenados. Como
112 encaminhamento, o presidente aprovou a proposta de elaboração, por parte do vice-
113 presidente, de Resolução para ser apreciada na reunião seguinte acerca do Anteprojeto
114 de Lei sobre o acesso à informação da pessoa presa. Em seguida, com a presença da
115 Sra. Maria Teresa Uille Gomes, presidente do Conselho Nacional dos Secretários de
116 Estado da Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária –
117 CONSEJ, e juntamente com o Sr. Patrick Mariano Gomes e o Sr. Luiz Antônio Silva
118 Bressane, seguiu-se para o próximo item de pauta que trata das discussões sobre o
119 Decreto de Indulto Natalino do ano de 2012. Inicialmente, o Conselheiro Rodrigo
120 apresentou sucintamente as propostas e sugestões recepcionadas pelo CNPCP para o
121 Decreto de Indulto do ano corrente. Após, o presidente solicitou a manifestação da Sra.
122 Maria Teresa Uille Gomes, que apresentou as sugestões e propostas para o Decreto
123 de Indulto elaboradas pelo CONSEJ, entregando-as em mãos ao presidente do CNPCP.
124 Os Conselheiros Augusto Rossini e Pedro Sérgio proporam que sejam estabelecidas
125 consequências em favor do réu em uma possível demora na tramitação do processo,
126 resultando inclusive *Habeas Corpus*. Os Conselheiros proporam ainda se estabelecer
127 prazo para os conselhos penitenciários dos Estados e para as autoridades da execução
128 penal estadual se manifestarem no caso de concessão do benefício de Indulto. Como
129 encaminhamento conclusivo, o presidente aprovou a inserção de prazo para as
130 autoridades e colegiados da execução penal dos Estados se manifestarem nos casos
131 para a concessão de Indulto. Após, o Sr. Luiz Antônio Bressane agradeceu o convite
132 para a participação na presente reunião e se manifestou acerca das propostas do
133 Decreto de Indulto a ser elaborado para o ano corrente e dos Projetos de Lei discutidos
134 neste dia no CNPCP e especificamente do Projeto de Lei nº 7.251/2006, que trata da
135 alteração da composição do CNPCP e respectivos mandatos, no qual encontra-se na
136 Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados. Finalizando os trabalhos
137 do dia, o presidente do CNPCP recomendou, por manifestação do Conselheiro Alvino de
138 Sá, a realização de um seminário em conjunto com o CONSEJ para discutir as questões
139 de política penitenciária e criminal do país. No dia seguinte, o presidente e o vice-
140 presidente do CNPCP, bem como os membros presentes e a convidada Valdirene

141 Daufemback, agradeceram a colaboração do Conselheiro José Laurindo como membro
142 do colegiado. Posteriormente, o Conselheiro José Laurindo se despediu e agradeceu a
143 oportunidade de ter contribuído como membro. Em prosseguimento à reunião, o
144 presidente relatou sobre os encaminhamentos da SAL/MJ acerca do Projeto de Lei que
145 altera o art. 107 no Código Penal, acrescentado incisos X e XI. O presidente informou
146 que encaminhou o referido Projeto de Lei para o Conselheiro Milton Jordão para
147 manifestação prévia. Em continuidade aos itens da pauta, o Conselheiro Augusto
148 Rossini relatou sobre os trabalhos desenvolvidos em Genebra, na reunião da
149 Organização das Nações Unidas – ONU sobre Direitos Humanos. Posteriormente, o
150 Conselheiro expôs os Ofícios e Recomendações que os demais países elaboraram para
151 o Brasil, através da Ministra Maria do Rosário Nunes, da Secretaria de Direitos
152 Humanos da Presidência da República. O Conselheiro elencou, sobretudo, as
153 Recomendações dos demais países para o Brasil que tratam do Sistema Prisional e
154 Combate à Tortura. Expôs também, em vídeo, sua participação e fala na referida
155 reunião da ONU, na qual apresentou os avanços do país no quesito de política
156 penitenciária. O Conselheiro recomendou que os sites oficiais do Governo Federal,
157 como o site do Ministério da Justiça, sejam também acessíveis em línguas estrangeiras,
158 para que os demais países, principalmente aqueles que fizeram Recomendações,
159 tenham conhecimento também das melhorias que o país vem apresentando no tema
160 Direitos Humanos, sobretudo na questão do Sistema Prisional e Combate à Tortura.
161 Após, a convidada Valdirene Daufemback informou acerca dos documentos
162 encaminhados pelo Subcomitê de Combate à Tortura da ONU. A convidada frisou ainda
163 os elogios que tem recebido dos Estados, como ouvidora do Sistema Penitenciário,
164 acerca dos relatórios das inspeções realizadas pelo CNPCP. O Conselheiro Luiz
165 Guilherme recomendou que o CNPCP solicite junto ao Ministério das Relações
166 Exteriores os trabalhos acerca da revisão das Regras Mínimas Para Tratamento de
167 Preso, da ONU, em continuidade aos diálogos desenvolvidos no ano de 2011, em
168 Viena. Como encaminhamento, o presidente encarregou o Conselheiro Luiz Guilherme
169 para documentar tal solicitação, com o intuito de conhecer o trâmite do processo da
170 revisão dessas Regras Mínimas da ONU. Em prosseguimento à pauta, o presidente
171 convidou a Sra. Mara Fregapani Barreto, coordenadora geral de Reintegração Social e
172 Ensino do DEPEN, para apresentar, em conjunto com o Conselheiro Augusto Rossini, o
173 Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional, que está sendo desenvolvido pelo
174 DEPEN. O Programa se estende pelos seguintes eixos: Educação, Saúde, Trabalho e
175 Renda, denominados de Reintegração Social; e capacitação de gestores e servidores

176 do sistema prisional, denominado Consolidação da Escola Penitenciária e melhorias do
177 sistema prisional. O Conselheiro Augusto Rossini frisou, principalmente, a União como
178 agente apoiador dessa estratégia a ser desenvolvida pelos Estados. Após a
179 apresentação, o Conselheiro Augusto Rossini recomendou que tais eixos sejam
180 discutidos em todas as reuniões do CNPCP, incluindo para a próxima reunião o eixo
181 temático denominado Construção. Ao final, o Conselheiro Alvino de Sá relatou sobre um
182 projeto de pesquisa da cidade de Santarém, no Estado do Pará, que trata acerca da
183 situação da presa grávida e da presa gestante. Apesar de falhas estruturais
184 apresentadas no trabalho, o Conselheiro recomendou a aprovação do projeto como de
185 Iniciação Científica e que seja encaminhado ao DEPEN para avaliação e viabilidade. O
186 Conselheiro Augusto Rossini disponibilizou o DEPEN para auxiliar na pesquisa, porém
187 sem aporte financeiro inicialmente, tendo em vista que há outras autoridades públicas e
188 o próprio DEPEN que já desenvolvem trabalhos para tal finalidade. Em seguida, o
189 presidente aprovou o encaminhamento proposto. Em seguida, procedeu-se à análise
190 dos seguintes processos, previamente distribuídos: 1) Processo CNPCP/MJ nº
191 08037.000550/2012-65 Assunto: Solicitação de verba para custear o projeto de
192 pesquisa acadêmica de Carmen Lúcia dos Santos Xavier. Parecer do Conselheiro
193 Alvino de Sá pede: Que o referido autos sejam encaminhados ao grupo de estudo e
194 pesquisa do DEPEN. Aprovado Após, finalizou os trabalhos. Para constar, lavrou-se a
195 presente ata, redigida por mim, Jussara Isaac Ribeiro, e revisada pelo servidor do
196 Ministério da Justiça Jefferson Alves Lopes.

197

198

Herbert José Almeida Carneiro

199

Presidente do CNPCP

200

201 *Publicado no DOU, de 07/11/2012, pagina 31 – Seção 1 - ISSN 1677-7042 – nº 215*

202 Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>,
203 pelo código 00012012103100061

204 Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a
205 Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

206

207

208

209

